

ARTIGO

PARA QUE NÃO SE PERCAM OS NOMES ESQUECIDOS: UM OLHAR SOBRE A ARQUITETURA FUNERÁRIA POPULAR

FREDERICO TADEU GONDIM

Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com formação em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1223-7825>

BORGES, Maria Elizia; CASTRO, Elisiana Trilha. **Uma complexa simplicidade:** registros da diversidade e da criatividade arquitetônica popular nos cemitérios brasileiros. Florianópolis: Impressul, 2022. 132 p.

Recebido em: 27/12/2022

Aprovado em: 17/01/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p534-542>



A morte é um fenômeno aberto a uma vasta gama de interpretações por culturas humanas as mais diversas. Nos termos gerais do pensamento ocidental, o historiador Philippe Ariès aponta que, entre o final do século XIX e ao longo do século XX, processou-se uma reconfiguração das sensibilidades em torno da morte, devido, sobretudo, à doutrina médico-higienista que vinha se fortalecendo na Europa há algum tempo.¹ Embora Ariès se referisse apenas de modo vago às “Américas”, sabemos que tais ideias chegaram ao Brasil graças aos fluxos migratórios humanos, e foram reinterpretadas dentro das necessidades de cada contexto pelos quais circularam. O que cabe ressaltar, por ora, é que a morte tornou-se gradativamente um tabu para muitos: assunto evitado, quando não temido por completo, pois eram a vida e os corpos sadios e produtivos que passavam a ser valorizados.² Os doentes eram vistos com certa repulsa, ao passo que os mortos foram afastados do convívio dos vivos e inumados não mais no interior das igrejas, mas em cemitérios construídos geralmente nas periferias das cidades.

A morte, ainda assim, tornou-se assunto caro à pesquisa científica. A médica e antropóloga Rachel Aisengart Menezes lembra, afinal, que falar sobre a única certeza de nossa vida, contrariando o silêncio imposto pelo tabu, é um caminho para aprender a ver com outros olhos o assunto receado.³ Dentre as várias formas que as ciências encontraram de abordar a morte como objeto de pesquisa, está o campo interdisciplinar dos estudos cemiteriais, visto que tais espaços, por vezes referidos como campos santos, registram práticas e representações múltiplas diante do falecimento de nossos familiares, amigos e demais pessoas.

Já consolidados em outros países, os estudos cemiteriais têm ganhado fôlego no Brasil desde a década de 1970.⁴ Entre seus maiores expoentes, está Maria Elizia Borges, uma das pesquisadoras que assinam *Uma complexa simplicidade: registros da diversidade e da criatividade*

¹ ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

² RODRIGUES, J. C. **Tabu da morte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

³ MENEZES, R. A. A morte como objeto de investigação. In: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. (Org.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

⁴ BORGES, M. E. Cemitérios do Estado de Goiás: um levantamento a ser ponderado. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ISCMPA, 2020. p. 483-496; BORGES, M. E. *et al.* **Estudos cemiteriais no Brasil**: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos. Goiânia: UFG/FAV/Ciar/Funape, 2010.

arquitetônica popular nos cemitérios brasileiros. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), Maria Elizia Borges conta com extensa produção acadêmica acerca da arte funerária brasileira, entre livros, capítulos de livro e artigos; muitos destes últimos disponíveis em seu site.⁵ Junto a ela, assina a obra a historiadora Elisiana Trilha Castro, que possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFSC), doutorado em História Cultural (UFSC), e é hoje presidente da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), além de vinculada ao Memorial Mathias Haas, em Santa Catarina, e colaboradora da Rede de Apoio às Famílias de Vítimas Fatais de COVID-19 e do Memorial das Vítimas do Coronavírus no Brasil.

Uma complexa simplicidade traz, logo de início, o registro fotográfico estarrecedor de Rafael Vilela, denominado *Coveiros: homens invisíveis contra o vírus invisível*. Nele, vemos um desses profissionais em seu equipamento de proteção individual (EPI), caminhando por um cenário de valas comuns a se perder de vista, no Cemitério Vila Formosa, em São Paulo. Lá, como em tantos outros desses espaços pelo país, foram sepultadas às pressas e sem os devidos rituais de despedida, diversas vítimas da COVID-19, e é a elas que Maria Elizia Borges e Elisiana Castro dedicam seu novo livro. Sepulturas anônimas como as que vemos na imagem são parte de um conjunto de inumações ao qual geralmente conferimos pouca atenção, se comparado àquelas que captam nosso olhar nos cemitérios secularizados convencionais pelo Brasil, graças à monumentalidade dos mausoléus que as acompanham. Diante da opulência destas construções, o Antropólogo e Conservador do Patrimônio Cultural Michelangelo Giampaoli reconhece, no *Prefácio* do livro, o esforço das autoras em trazer para o primeiro plano sepultamentos que não se atrelam aos nomes de maior projeção dos locais que visitaram, mas sim a anônimos; analisando, além disso, algumas das soluções encontradas na definição da “última morada” desses nomes esquecidos pelas narrativas oficiais.

Assim, na *Apresentação*, as autoras delimitam o objeto de estudo deste livro: a arquitetura funerária popular, que “é antes de tudo engenhosa, pois costuma contornar a falta de recursos materiais ou de acesso às

⁵ Arte Funerária Brasil. Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/>. Acesso em: 25/12/2022.

empresas especializadas e produzir obras *sui generis*” (p. 23). Não se concentram, portanto, nas produções suntuosas e seriadas resultantes do trabalho das marmorarias dos séculos XIX e XX,⁶ com seus catálogos de arte funerária, tampouco nas iniciativas mais inusitadas de arquitetos renomados e escultores, com seus túmulos modernos, os quais passam a ocupar esses cemitérios a partir século XX.⁷ As pesquisadoras se voltam agora ao produto do exercício de artesãos anônimos, pedreiros, construtores não especializados em arte funerária, que lançam mão da alvenaria (tijolos ou blocos assentados por argamassa), de pisos cerâmicos, pastilhas e do cimento que restou das obras do dia a dia. Afinal, por trás da aparente simplicidade dos túmulos resultantes desse trabalho – e deve ficar claro que “simplicidade”, nesse caso, diz respeito apenas ao ponto de vista arquitetônico – reside também uma trama de histórias que aguarda ser investigada. Este, inclusive, é outro ponto que deve ficar claro ao leitor: como os estudos em torno dessa arquitetura funerária popular ainda são escassos no Brasil, o que as autoras apresentam, nesta primeira etapa, é uma pequena amostra de túmulos e estratégias dessa arquitetura funerária popular, levantada despretensiosamente ao longo de suas viagens pelo país. A obra, em outras palavras, deve ser vista como um *convite* ao desenvolvimento de pesquisas que tenham esse conjunto funerário por objeto, aprofundando-se assim em sua complexidade; e enriquecendo as contribuições interdisciplinares no campo dos estudos cemiteriais no Brasil, que pecou em alguns momentos, ao se concentrar nos mausoléus de maior visibilidade. Por isso, apresentaremos também, nesta resenha, algumas sugestões de investigação em consonância com os apontamentos tipológicos de cada capítulo. Este campo de estudo merece pesquisadores que se proponham a olhar com esmero essas fontes tão peculiares, sobretudo pela maior fragilidade das últimas diante da passagem do tempo e das intempéries climáticas que costumam impactar mais drasticamente o seu potencial informativo.

⁶ Por exemplo: BORGES, M. E. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = *Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marble Carver Craft in Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

⁷ BORGES, M. E. Um olhar indagador sobre os cemitérios: as representações modernas da morte. In: OMENA, L. M. de; FUNARI, P. P. A. (Org.). **As experiências sociais da morte:** diálogos interdisciplinares. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

No primeiro capítulo, *A proliferação das cruzes: marcas da morte*, Maria Elizia Borges e Elisiana Castro lembram que, no caso dos cemitérios brasileiros, o símbolo em análise encontra-se geralmente associado a crenças e práticas reiteradas pela fé cristã; recorrendo, não raro, à forma da cruz latina encontrada nas igrejas. As autoras ilustram então algumas das possibilidades criativas mobilizadas por familiares e construtores autônomos na elaboração da morte do ente querido, mesmo quando a identificação do espaço do morto não conta com mais que uma cruz fincada no solo, a qual serve, ao mesmo tempo, de lápide a um epitáfio pontual. Quando acompanham um túmulo, normalmente aparecem na cabeceira, por ser esta o ponto mais alto, numa referência às cruzes elevadas em torres de igrejas. Como sugestão nossa aos pesquisadores que se interessam pela temática e se deparam com pouco mais que uma cruz no contexto cemiterial, é preciso ter em mente, antes de tudo, que a memória que se busca “perpetuar” às gerações futuras, acerca de um ente querido falecido, é uma narrativa construída ao seu respeito, geralmente pela família ou pessoas próximas. Na elaboração dessa memória, símbolos mais consolidados em nossa cultura, como a cruz, parecem oferecer respostas prontas. No entanto, quem se dedica, por exemplo, a estudos do imaginário social, pode pensar a partir de um diálogo entre fontes – aquelas observáveis no campo santo e a documentação levantada em arquivos históricos, acervos familiares, e as contribuições prestadas pela história oral – de modo a superar a percepção da cruz como mero indicador da visão cristã carregada pela pessoa em vida. O símbolo presente no local de inumação se alinha ou está em contradição com o que sugerem outras fontes e as narrativas que circulam pelo imaginário local?

Já em *Gavetas funerárias: pequenos espaços com muito a dizer*, Maria Elizia Borges e Elisiana Castro demonstram como esses espaços de sepultamento encontrados nos muros de alguns cemitérios, com base nas carneiras construídas em paredes de igrejas católicas à época dos sepultamentos intramuros, nos séculos XVIII e XIX, oferecem uma alternativa acessível de inumação. Apesar da apresentação mais uniforme desses espaços de sepultamento, as autoras ressaltam algumas estratégias adotadas para singularizá-los durante os rituais funerários que visam ao

enquadramento⁸ – aqui, praticamente literal – das memórias que se pretende reproduzir do morto à sociedade. É o caso, por exemplo, dos pequenos altares à entrada da gaveta funerária, que agregam desde objetos religiosos mais recorrentes em contextos cemiteriais até aqueles que, incomuns no campo santo, associam-se a uma narrativa sobre o falecido, como bichos de pelúcia ou lembranças de time de futebol. Nesse caso, uma sugestão nossa é pensar de que formas a exposição desses itens em um campo santo não só nos instiga a repensar as maneiras distintas de se processar o luto – rompendo com rigores formais da religiosidade ainda marcante nesses espaços – mas também problematizar a construção de uma memória específica acerca desses anônimos, a partir da seleção de tais objetos. Eles condizem com os interesses daquela pessoa em vida, ou reforçam uma identidade filtrada, em detrimento de outras, por quem os elegeu?

Em *Túmulos geminados: similaridades na eternidade*, as autoras levantam estruturas funerárias, cuja forma espelhada acrescenta, em sua percepção, dramaticidade ao conjunto, por reportar ao óbito de casais, irmãos, pais ou pessoas que haviam sido bastante próximas em vida. O caso dos túmulos geminados é interessante, na visão de Maria Elizia Borges e Elisiana Castro, pois abre caminho para investigações mais aprofundadas acerca de sua “complexa simplicidade”: por um lado, é certo que a arquitetura funerária popular não se justifica na cópia de modelos consolidados, a exemplo dos imponentes mausoléus familiares. Aquela arquitetura vernacular tem, evidentemente, seus próprios sentidos e atende a demandas específicas de seu contexto. Por outro lado, as autoras ressaltam a forma como essas construções geminadas costumam se destacar no espaço cemiterial, quando comparadas a outras da arquitetura funerária popular de menor porte. Se as autoras apontam que as questões passíveis de ser levantadas a partir de tais constatações oferecem um ponto de partida para outras investigações, acreditamos que é possível desvencilhar-se do problema da influência – o que serve de modelo para quem – ao se partir do princípio de que o cemitério também se constitui dessa série de

⁸ Uso inspirado naquele proposto por Michael Pollak, ao se referir ao trabalho de enquadramento da memória. POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

contradições,⁹ no intuito último de elaborar a morte de nossos entes queridos.

Em *Túmulos padronizados: perpetuados pela afetividade*, as autoras trazem exemplos de construções presentes em cemitérios brasileiros, as quais podem ser vendidas ou alugadas por preços mais baixos e cujas concepções abrangem estratégias que vão desde a delimitação das covas por estruturas simplificadas, feitas de materiais como madeira – caso de valas comuns preparadas às pressas diante da proliferação de mortes pela COVID-19 –, até a distribuição lado a lado de construções padronizadas sobre as covas, geralmente em alvenaria revestida por pintura ou materiais como pisos cerâmicos e pastilhas. Partindo da ideia da “cidade dos mortos” como reflexo daquela dos vivos, não só em seus aspectos simbólicos (o *status* social do morto, entre outros), mas também pela distribuição desses túmulos padronizados pelas quadras dos cemitérios que seguem uma concepção urbanística, as autoras analisam como a “morada” do morto, quando disposta da forma aqui ressaltada, evoca, por exemplo, a distribuição de casas populares de um conjunto habitacional. Seja por evento fatídico que atingiu grande número de pessoas de uma só vez, seja pelos laços que uniam outras delas em vida (familiares, membros de uma irmandade religiosa etc.), esse tipo de construção funerária sugere que nem mesmo a morte rompe certos vínculos.

Peculiar é o *Revival egípcio: uma ode à imortalidade*, que as autoras apresentam após refletirem o que foi retomado, no contexto dos cemitérios brasileiros, de crenças atribuídas ao Egito antigo. Partindo de um ideal comum de eternidade – talvez, por isso ocorra em muitos desses túmulos o acréscimo da cruz latina – tais construções, em formatos de pirâmides, obeliscos, ou com adornos em referência a outros elementos culturais como esfinges, aparecem não só por ocasião do óbito de representantes da elite ou membros de sociedades como a maçonaria, mas também em meio à arquitetura funerária popular, lançando mão de materiais mais acessíveis da construção civil. Não haveria de ser diferente, pois, como já citamos, os modelos de arte funerária estão em circulação e são repensados sob interesses plurais. Acessar esses sentidos demanda pesquisas mais

⁹ CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

aprofundadas, que os dialoguem com as memórias e histórias construídas, em vida, em torno desses sepultados. Falamos, afinal, de um contexto bastante distinto do egípcio; por outro lado, os elementos culturais deste último foram reproduzidos aqui.

Os dois capítulos seguintes, *Miniaturas de igrejas: marcos da fé cristã* e *Miniaturas de casas: em busca da morada eterna*, retomam a relação do morto com espaços que sugeriam acolhimento em vida, tanto na esfera social – igrejas, pelo caráter sagrado – quanto privada – sua residência. As autoras levantam uma série de exemplos de capelinhas e até mesmo pequenas igrejas reproduzidas sobre sepultamentos de vários cemitérios brasileiros; as últimas contam, muitas vezes, com um trabalho atento por parte de seus construtores, na confecção de escadinhas, frontões, torres, cruzeiros e do espaço interno onde geralmente se mantêm velas acesas ou imagens diversas que refletem o sincretismo característico desses contextos – por isso, a necessidade de conhecê-los bem. O acercamento entre sepultado e a pequena representação de uma igreja sugere – talvez, evocando algo dos séculos anteriores, quando se praticava o sepultamento dentro dos limites dessa instituição – a possibilidade da redenção do morto propiciada também em função da proximidade física com o espaço eclesiástico. A mesma lógica de acolhimento se reflete na opção por replicar pequenas casas sobre as cabeceiras de túmulos, reportando àquele espaço que objetiva servir *a priori* a nosso descanso e convívio familiar. De seus acervos fotográficos, as pesquisadoras levantam ainda interessantes exemplos em que a reprodução de casas tomou outra dimensão, do ponto de vista arquitetônico, recriando construções com janelas, telhas e ambientes como varandas.

Em *Arquitetura vernacular: incorporando materiais da região*, o termo que dá nome ao capítulo, atribuído pelas autoras a Clarival do Prado Valladares, ressalta justamente a possibilidade do uso de materiais locais como meio para confecção dos túmulos. O que se destaca aqui são as soluções criativas para as quais devemos ter um olhar atento, pois, por vezes, lidamos com composições ou detalhes únicos, que não aparecem em cemitérios de outras realidades brasileiras. A nosso ver, essas particularidades são pequenas deixas para outras investigações acerca dos grupos responsáveis por tais soluções. Recordamos, a título de ilustração, o

trabalho dos riscadores de pedras, artesãos que pertenceram a um período histórico específico,¹⁰ e cuja produção se faz presente nos pequenos detalhes de alguns cemitérios do Brasil.

Em vista de todos esses apontamentos, as autoras chamam atenção, nas *Considerações finais*, à necessidade de políticas de preservação do patrimônio público cemiterial, tanto por conta da efemeridade do potencial informativo dessa arquitetura funerária popular, quanto pelas próprias posturas adotadas na contemporaneidade no sentido de uma “invisibilização” da morte, ao se optar, por exemplo, pelo processo de cremação ou pelos cemitérios jardins, onde expressões funerárias se perdem mais facilmente ao olhar do visitante. Algumas propostas trazidas por Maria Elizia Borges e Elisiana Castro para o enriquecimento de investigações que tenham por ponto de partida a arquitetura funerária popular, envolvem um diálogo com aspectos da vida dos sepultados (como também recomendamos previamente), a análise de rituais funerários presentes nas localidades analisadas, o estudo de cemitérios rurais, um diálogo com os idealizadores dessas soluções criativas e assim por diante. Fica claro, então, que este é um campo de pesquisa promissor, dentro dos estudos cemiteriais no Brasil e, de modo mais amplo, das investigações acerca da morte e do morrer. Pensar a arquitetura funerária popular, no entanto, envolve uma corrida contra o tempo, em certos casos. Como a própria vida, esses objetos de pesquisa tão singulares vão-se, por vezes, num piscar de olhos, e com eles, nomes, trajetórias, e tantas histórias.

¹⁰ BORGES, M. E. Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã. In: III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2008, Goiânia. **Anais...** Goiânia: IAD – Universidade Federal de Goiás. 2008. v. 01.